



PARECER Nº 0145/2025 - CADFARF - O.S.: 0281/2025

**REFERENTE: REGULARIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA
ONEROSA – GLEBA JACAMINHO I**

REQUERENTE: JOSÉ CLOVIS DE SOUZA

MUNICÍPIO: ALTA FLORESTA

PROCESSO INTERMAT: INTERMAT-PRO-2022/21452

OFÍCIO Nº: 01100/2025/UAS/INTERMAT

PROTOCOLO ALMT: 2613/2025

PROCESSO ALMT: 791/2025 - DATA: 19/03/2025

AUTOR: INTERMAT

Relator: Deputado Estadual

[Assinatura]

I - Relatório

Após tramitação no INTERMAT, o presente Processo de Regularização Fundiária foi encaminhado a esta Casa, recebido e registrado pela Secretaria de Serviços Legislativos no dia 19/03/2025 e lido na Sessão do mesmo dia.

Trata-se de **Processo do INTERMAT-PRO-2022/21452**, de Regularização Fundiária, em nome de **JOSÉ CLOVIS DE SOUZA**, da propriedade denominada **SÍTIO NOSSA SENHORA APARECIDA**, localizada no Município de ALTA FLORESTA-MT, com área de **75,6326** hectares.

Em 21/03/2025, foi encaminhado à Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária, porém, recebido pelo Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico, no mesmo dia, o qual remeteu à referida Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de



Regularização Fundiária, com o intuito de emissão de Parecer quanto ao mérito da matéria e posterior emissão de Resolução Autorizativa, conforme previsão dos arts. 323, § 2º e 327, ambos da Constituição Estadual de Mato Grosso.

Em apertada síntese este é o relatório.

II - Análise

A criação e competência das Comissões estão determinadas conforme disposto no artigo 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso e uma das atribuições da Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária, é “dar parecer em todas as proposições que tratem da agropecuária, do desenvolvimento florestal e agrário e dos assuntos fundiários”, conforme consta no artigo 369, inciso V, alíneas “a” e “d”, do Regimento Interno, desta Casa de Leis.

Observa-se que o imóvel está cumprindo sua função social, como determina o artigo 186, da C.F. e art. 9º da Lei nº 8.629/93:

Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo grau e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

§ 1º Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração especificados nos §§ 1º a 7º do art. 6º desta lei.

§ 2º Considera-se adequada à utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação



natural da terra, de modo a manter o potencial produtivo da propriedade.

§ 3º Considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.

§ 4º A observância das disposições que regulam as relações de trabalho implica tanto o respeito às leis trabalhistas e aos contratos coletivos de trabalho, como às disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parceria rurais.

§ 5º A exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais é a que objetiva o atendimento das necessidades básicas dos que trabalham a terra, observa as normas de segurança do trabalho e não provoca conflitos e tensões sociais no imóvel.

O Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso – INTERMAT encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso o Ofício sob nº 01100/2025/UAS/INTERMAT, referente à Regularização Fundiária, em favor de **JOSÉ CLOVIS DE SOUZA**, da propriedade denominada **SÍTIO NOSSA SENHORA APARECIDA**, localizada no Município de ALTA FLORESTA/MT, para fins de cumprimento do disposto no artigo 327 da Constituição do Estado de Mato Grosso, onde o referido disposto constitucional assim dispõe:

"Art. 327 - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação da Assembleia Legislativa, salvo se as alienações ou as concessões forem para fins de reforma agrária".

Em observância à Resolução nº 003/2007, que altera a alínea A, do inciso IV, da Norma de Serviço nº 002 de 30 de setembro de 2002, a Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária, averiguou os autos processuais, identificando as peças indispensáveis ao processo de regularização de ocupação fundiária, ratificando a documentação aposta ao parecer jurídico do INTERMAT e aos autos, conforme se depreende das fls. 152/153.





A Assessoria Jurídica do INTERMAT através do Parecer nº 05768/2024/PROINTER/INTERMAT (fls. 152 a 153), após análise da Regularização Fundiária, em nome de **JOSÉ CLOVIS DE SOUZA**, da propriedade denominada **SÍTIO NOSSA SENHORA APARECIDA**, com área de 75,6326 hectares, localizada no Município de ALTA FLORESTA-MT, estando em conformidade com as normas procedimentais e legislação vigente, atendendo as exigências preconizadas na Carta Magna, Código de Terras do Estado de Mato Grosso e Decreto Regulamentador, motivo pelo qual opinou pelo Deferimento do processo.

Na fl. 154 consta a homologação do Procurador do Estado de Mato Grosso Dr. Laerte Jaciel Scalco Acendino, do Parecer Jurídico nº 05768/2024/PROINTER/INTERMAT (fls. 152 a 153).

Todas as informações e declarações constantes no presente Processo de Regularização Fundiária são de exclusiva responsabilidade dos Técnicos e Gestores do INTERMAT, do Requerente e do Profissional Credenciado que efetuou a medição georreferenciada.

NOTA TÉCNICA:

1. Ausência de assinatura digital do Presidente do INTERMAT, no Memorial Descritivo e Mapa.
2. Ausente Declaração de Reconhecimento de Limites da Estrada LO-01.

É o parecer.

III – Voto do Relator



Referente ao Processo de Regularização de Ocupação Fundiária do **Processo INTERMAT-PRO-2022/21452**, em nome de **JOSÉ CLOVIS DE SOUZA**, da área de 75,6326 hectares, da propriedade denominada **SÍTIO NOSSA SENHORA APARECIDA**, localizada no município de ALTA FLORESTA/MT.

A Assessoria Jurídica do INTERMAT através do Parecer nº 05768/2024/PROINTER/INTERMAT (fls. 152 a 153), após análise da Regularização Fundiária, em nome de **JOSÉ CLOVIS DE SOUZA**, da propriedade denominada **SÍTIO NOSSA SENHORA APARECIDA**, com área de 75,6326 hectares, localizada no Município de ALTA FLORESTA/MT, estando em conformidade com as normas procedimentais e legislação vigente, atendendo as exigências preconizadas na Carta Magna, Código de Terras do Estado de Mato Grosso e Decreto Regulamentador, motivo pelo qual opinou pelo Deferimento do processo.

Na fl. 154 consta a homologação pelo Presidente do INTERMAT Francisco Serafim de Barros, do Parecer Jurídico nº 05768/2024/PROINTER/INTERMAT (fls. 152 a 153).

Pelas razões expostas, quanto ao mérito, o VOTO é pela **APROVAÇÃO** do **Processo INTERMAT-PRO-2022/21452**, de autoria do INTERMAT (Protocolo ALMT sob nº **2613/2025**), em nome de **JOSÉ CLOVIS DE SOUZA**.

Sala das Comissões, em 01 de Abril de 2025.



ALMT
Assembleia Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário
e Regularização Fundiária -CADFARF
20ª LEGISLATURA – 01/02/2023 A 31/01/2027

SPMD/NADE

FLS. 161

RUB. AN

V – Ficha de Votação

Processo: INTERMAT-PRO-2022/21452	Parecer nº 0145/2025	O.S.: 0281/2025
Reunião da Comissão em: <u>01 / 04 / 2025</u>		
Presidente: Deputado Estadual Nininho		
Relator: <u>Dep. Nininho</u>		

VOTO DO RELATOR

Pelas razões expostas, quanto ao mérito, o VOTO é pela **APROVAÇÃO** do Processo **INTERMAT-PRO-2022/21452**, de autoria do INTERMAT (Protocolo ALMT sob nº 2613/2025), em nome de **JOSÉ CLOVIS DE SOUZA**, onde a Assessoria Jurídica do INTERMAT através do Parecer nº 05768/2024/PROINTER/INTERMAT (fls. 152 a 153), após análise da Regularização Fundiária da propriedade denominada **SÍTIO NOSSA SENHORA APARECIDA**, com área de **75,6326** hectares, localizada no Município de ALTA FLORESTA/MT, estando em conformidade com as normas procedimentais e legislação vigente, atendendo as exigências preconizadas na Carta Magna, Código de Terras do Estado de Mato Grosso e Decreto Regulamentador, motivo pelo qual opinou pelo Deferimento do processo.

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (o)
Relator	
Membros Titulares	
DEPUTADO NININHO Presidente	
DEPUTADO GILBERTO CATTANI Vice-Presidente	
DEPUTADO JÚLIO CAMPOS	
DEPUTADA JANAÍNA RIVA	
DEPUTADO FABIO TARDIN – FABINHO	
Membros Suplentes	
DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO	
DEPUTADO CARLOS AVALLONE	
DEPUTADO VALDIR BARRANCO	
DEPUTADO THIAGO SILVA	
DEPUTADO VALMIR MORETTO	



ENDEREÇO:
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 207 – 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:
Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:
(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915

CG



Autor: Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária.

Autoriza a regularização de ocupação fundiária de área de terra no Município de Alta Floresta.

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com base no que dispõe os artigos 323, § 2º, e 327, da Constituição Estadual, combinados com o art. 369, V, “a” e “d”, do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a regularização de ocupação fundiária da área de Terra, Localizada No Município Alta Floresta, Gleba Jacaminho I, Denominada “Sítio Nossa Senhora Aparecida”, com área total para Regularização de 75,6326 hectares (setenta e cinco hectares, sessenta e três ares e vinte e seis centiares), da matrícula nº 39.500, conforme processo específico do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), sob nº INTERMAT-PRO-2022/21452 de José Clovis de Souza.

Parágrafo único. Os imóveis descritos acima possuem as seguintes confrontações:

- I. a norte: divisa com o Lote 77 – Gleba Jacaminho II, posse de Antonio Cardoso da Silva, matrícula nº 36.896, nos marcos GTF-M-1578 a GTF-M-00634 e divisa com a Fazenda Lajeado, posse de Adilson Martins, nos marcos GTF-M-00634 a GTF-M-1595;
- II. a sul: divisa com o Sítio Boa Esperança, posse de Ires Antunes da Silva, no marcos GTF-M-1612 a GTF-M-1613, divisa com o Sítio São Paulo, posse de Antonio Felix Vieira, matrícula nº 39.500, nos marcos GTF-M-1613, GTF-M-1614 a GTF-M-1603 e divisa com a faixa de domínio da Estrada LO-01, nos marcos GTF-M-1603 a GTF-M-00648;
- III. a leste: divisa com o Sítio Boa Esperança, posse de Ires Antunes da Silva, nos marcos GTF-M-1595 a GTF-M-1612;





- IV. a oeste: divisa com o Lote 45 – Gleba Jacaminho II, posse de Patrícia Nunes Amorim Borges da Rosa, matrícula n.º 32.695, nos marcos GTF-M-00648 a GTF-M-00765, divisa com o Lote 47 – Gleba Jacaminho II, posse de Carlin de Freitas, matrícula n.º 36.935, nos marcos GTF-M-00765 a GTF-M-00766, divisa com o Sítio Renascer II, posse de Valdilânio Silva, nos marcos GTF-M-00766 a GTF-M-00767, divisa com o Lote 50 – Gleba Jacaminho II, posse de Elio Tasso, matrícula n.º 36.892, nos marcos GTF-M-00767 a GTF-M-00768 e divisa com o Lote 52 – Gleba Jacaminho II, posse de Valdeci Lucio Rodrigues, matrícula n.º 36.909, nos marcos GTF-M-00768 a GTF-M-1578.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Sala das Comissões, em 01/04 / 2025.

Deputado Relator

Membros

[Handwritten signature: Elio M. Tasso]
[Handwritten signature: Tasso]

